

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

30 DE ABRIL DE 2018

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**TARPON INVESTIMENTOS S.A**

Companhia aberta: CVM 21.717

CNPJ: 05.341.549/0001-63

Rua Iguatemi, n. ° 151, 23° andar.

São Paulo, SP

## ÍNDICE DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

---

Proposta da Administração	Páginas 3 a 4
Anexo I – Item 10 do Formulário de Referência	Páginas 5 a 27
Anexo II – Anexo 9-1-II à Instrução CVM nº481	Páginas 28 a 35
Anexo III – Proposta de remuneração dos administradores	Página 36
Anexo IV – Informações do item 13 do Formulário de Referência	Páginas 37 a 66
Anexo VI - Parecer do Comitê de Auditoria e <i>Compliance</i>	Páginas 67 a 69
Anexo VII – Parecer do Conselho Fiscal	Página 70
Anexo VIII – Plano De Outorga de Ações – Conforme Anexo 13 Da Instrução CVM 481	Páginas 71 a 78

---

**PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E  
EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2018**

Senhores acionistas,

O Conselho de Administração da Tarpon Investimentos S.A. (“Companhia”) vem apresentar aos senhores acionistas as seguintes propostas a serem objeto de deliberação em Assembleia Geral, a ser realizada em 30 de abril de 2018.

**EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

- I. Aprovar as contas dos administradores e o relatório da administração, e examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- II. Aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme deliberação do conselho de administração da Companhia tomada em 9 de fevereiro de 2018; e

**EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

- I. Aprovar a proposta de remuneração global anual da administração para o exercício social de 2018; e
- II. Aprovar Plano De Outorga De Ações de emissão da Companhia.

É o que o Conselho tinha a propor e espera que seja avaliado e aprovado pelos senhores acionistas. Os acionistas da Companhia interessados em acessar informações ou sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relação com Investidores da Companhia por meio do telefone +55 (11) 3074-5800 ou via e-mail: [ri@tarpon.com.br](mailto:ri@tarpon.com.br). Todos os documentos pertinentes a estas Assembleias encontram-se disponíveis aos acionistas no site [www.tarpon.com.br](http://www.tarpon.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

São Paulo, 29 de março de 2018.

Marcelo Guimarães Lopo Lima  
Presidente do Conselho de Administração

Fernando Shayer  
Eduardo Silveira Mufarej  
José Carlos Reis de Magalhães Neto  
Horácio Lafer Piva  
Fabio Hering

**ANEXO I – ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**10.1. Comentários dos Diretores sobre:**

**a) condições financeiras e patrimoniais gerais;**

A receitas operacionais da Companhia alcançaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 R\$ 12,3 milhões, uma queda de 14,4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, justificada pela queda nos ativos sob gestão dos fundos geridos pela Companhia.

As despesas operacionais, compostas pelas despesas de pessoal, que alcançaram R\$ 23,5 milhões no período e despesas administrativas que alcançaram R\$ 9,5 milhões no período. Somadas, essas despesas apresentaram uma queda de 21% quando comparado do o mesmo período do ano anterior.

Atingimos assim, R\$ 9,4 milhões de lucro no exercício, 49,2% maior que o lucro do ano anterior.

Os ativos sob gestão nos Fundos Tarpon totalizaram R\$ 7,2 bilhões em 31 de dezembro de 2017, sendo R\$5,5 bilhões em fundos de portfólio e R\$ 1,7 bilhões em fundos de co-investimento. Somados, o ativo sob gestão apresentou uma queda de 8,1% quando comparado com o trimestre anterior e uma queda de 11,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

**b) estrutura de capital**

O capital social da Companhia é composto exclusivamente por ações ordinárias. Nos últimos três exercícios sociais (2015, 2016 e 2017), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;**

Considerando o fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2017, a Companhia acredita que tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas e outros compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;**

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;**

As principais exigências de caixa da Companhia compreendem: (a) pagamento dos custos operacionais, incluindo remuneração; e (b) pagamento de dividendos aos acionistas. As principais fontes de liquidez compreendem as receitas relacionadas com os serviços de gestão de carteiras e fundos de investimentos (“Fundos Tarpon”).

A Companhia tem como principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes a sua própria geração de caixa operacional através de suas subsidiárias e suas posições acumuladas de caixa.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; iii) grau de subordinação entre as dívidas; iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário;**

**g) limites de utilização dos financiamentos já contratados; e**

Nos últimos três exercícios sociais (2015, 2016 e 2017), a Companhia não possuía qualquer endividamento em aberto.

**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

### ***Ativo***

*Ativo não circulante:*

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo não circulante totalizou R\$ 1.348 mil representando um aumento de 116% quando comparado com o ano anterior. Tal variação é justificada, principalmente pela reclassificação de impostos a recuperar para o longo prazo devido a expectativa de realização. Em 31 de dezembro de 2016, o ativo não circulante totalizou R\$ 625 mil representando uma queda de 43% quando comparado com o ano anterior. Tal variação é justificada pela depreciação e amortização dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o ativo não circulante totalizou R\$1,1 milhão representando uma queda de 13% quando comparado com o ano anterior. Tal variação é justificada pela depreciação dos ativos imobilizados da Companhia durante este período.

*Contas a receber:*

Em 31 de dezembro de 2017, o contas a receber da Companhia totalizou R\$ 658 mil, um aumento de 67% quando comparado com o mesmo período de 2016. Tal aumento é justificado pelos valores a receber de alguns fundos referente a taxa de administração. Em 31 de dezembro de 2016, o contas a receber da Companhia totalizou R\$ 395 mil, uma redução de 47% quando comparado com o mesmo período de 2015. Tal redução é justificada pela liquidação da taxa de administração a receber dos fundos e pela redução do ativo sob gestão dos fundos geridos pela Companhia em dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, o contas a receber da Companhia totalizou R\$ 739 mil, uma redução de 41% quando comparado com o mesmo período de 2014. Tal redução é justificada pelo fato dos Fundos Tarpon terem liquidado as faturas emitidas pela Companhia antes do período de encerramento do exercício.

*Ativos financeiros:* Em 31 de dezembro de 2017, os ativos financeiros totalizaram R\$ 25,8 milhões, representando um aumento de 36% quando comparado ao mesmo período de 2016 decorrente principalmente por aplicação de recursos oriundos de economias nas despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos financeiros totalizaram R\$ 18,9 milhões, representando uma redução de 18% quando comparado ao mesmo período de 2015. Tal variação é respondida pelo resgate de aplicações para pagamentos e pela redução das aplicações, decorrentes da redução de receita operacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, os ativos financeiros totalizaram R\$ 23 milhões, apresentando um crescimento de 49% quando comparamos com o mesmo período do ano anterior. Tal variação é oriunda de aplicações realizadas em operações compromissadas pela Companhia.

*Disponibilidades:* Em 31 de dezembro de 2017, as disponibilidades totalizaram R\$ 28,2 milhões, um aumento de 10% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este aumento de caixa é oriundo dos recursos disponíveis na subsidiária TISA NY Inc.. Em 31 de dezembro de 2016, as disponibilidades totalizaram R\$ 25,7 milhões, uma redução de 26% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Esta redução deve-se a utilização do caixa e desvalorização do dólar norte-americano, moeda utilizada na subsidiária TISA NY Inc. Em 31 de dezembro de 2015, as disponibilidades totalizaram R\$ 35,7 milhões, um aumento de 8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Tal aumento é decorrente, principalmente, da variação cambial sobre o caixa disponível na subsidiária TISA NY Inc..

*Outros ativos:* Em 31 de dezembro de 2017, a conta de outros ativos totalizou R\$ 8,1 milhões, uma redução de 7% quando comparado ao mesmo período de 2016. Essa redução é justificada pela liquidação de valores a receber dos Fundos Tarpon. Em 31 de dezembro de 2016, a conta de outros ativos totalizou R\$ 8,7 milhões, um aumento de 46% quando comparado ao mesmo período de 2015. Este aumento é decorrente da apresentação segregada do depósito judicial e da provisão de contingências fiscais relacionadas ao processo cujo o objeto é o não recolhimento de ISS sobre exportação de serviços. Em 31 de dezembro de 2015, a conta de outros ativos totalizou R\$ 6,0 milhões, um aumento de 89% quando comparado com o período anterior. Esta variação é justificada principalmente, pelas despesas pagas pela Tarpon Gestora de Recursos S.A., a serem ressarcidos pelos Fundos Tarpon e pelo pagamento antecipado de impostos federais.

### ***Passivo e Patrimônio Líquido***

*Passivo não circulante.* Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou um passivo não circulante de R\$ 295 mil, um aumento de 58% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esse aumento é decorrente da atualização de depósito judicial referente a recolhimento de ISS sobre exportação de serviços. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um passivo não circulante de R\$ 187 mil, decorrente de passivo fiscal diferido sobre atualização de depósito judicial referente a recolhimento de ISS sobre exportação de serviços. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não apresentava nenhum saldo no passivo não circulante. Isso se deve ao fato da Companhia não mais possuir parcelas ou obrigações a pagar no prazo superior a um ano.



*Obrigações tributárias.* Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de obrigações tributárias era de R\$ 6,3 milhões, apresentando um aumento de 11% quando comparado ao mesmo período de 2016. Esta variação é justificada pela atualização da contingência fiscal relacionada ao processo que discuti a incidência de ISS sobre exportação de serviços. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de obrigações tributárias era de R\$ 5,6 milhões, apresentando um aumento de 97% quando comparado ao mesmo período de 2015. Este aumento é decorrente da apresentação segregada do depósito judicial e da provisão de contingências fiscais relacionadas ao processo cujo o objeto é o não recolhimento de ISS sobre exportação de serviços. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de obrigações tributárias era de R\$ 2,8 milhões, apresentando uma redução de 83% quando comparado com o período anterior. Tal variação é decorrente da mudança de regime de apuração de impostos utilizado em 2015 (lucro presumido) por sua subsidiária integral, Tarpon Gestora de Recursos S.A.

*Outras obrigações.* Em 31 de dezembro de 2017, a conta de outras obrigações totalizou R\$ 2,1 milhões, um aumento de 37% quando comparado ao exercício anterior. Esta variação é decorrente de valores a pagar à funcionários a título de remuneração variável. Em 31 de dezembro de 2016, a conta de outras obrigações totalizou R\$ 1,6 milhões, uma queda de 16% quando comparado ao exercício anterior. Esta variação é justificada pela diminuição no quadro de funcionários da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, a conta totalizou R\$ 2,0 milhões, um crescimento de 13%, ocasionado pelo aumento das obrigações trabalhistas no exercício.

*Capital social.* Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia era de R\$ 7 milhões, mesmo valor que apresentado no mesmo período do ano anterior. Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia era de R\$ 7 milhões, um aumento de 1% quando comparado ao exercício anterior. Os aumentos de capital social<sup>1</sup> foram decorrentes do exercício de opção de compra de ações da Companhia no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 16 de fevereiro de 2009, conforme alterado (“Plano”) Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia era de R\$7 milhões, um aumento de 0,4% quando comparado ao ano anterior. Os

---

<sup>1</sup> Aumentos de capital social aprovados nas Reuniões de Conselho de Administração de 7 de março de 2016

aumentos de capital social<sup>2</sup> foram decorrentes do exercício de opção de compra de ações da Companhia no âmbito do Plano.

*Reserva de capital.* Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da conta de reservas de capital totalizou R\$ 3,2 milhões, um aumento de 64% quando comparada ao exercício anterior. Tal variação é decorrente da transferência de R\$ 1,2 milhão advindos da reserva de lucro, baseada em orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de março de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da conta de reservas de capital totalizou R\$ 2,0 milhões, uma redução de 87% quando comparado ao exercício anterior. Tal redução foi decorrente da utilização da reserva para recompra de ações de emissão da própria Companhia ao longo do primeiro semestre de 2016 e, conseqüentemente pelo cancelamento das ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da conta de reserva de capital totalizou R\$ 986 mil, uma redução de 83% quando comparado ao ano anterior. Essa variação foi decorrente, principalmente da utilização de tal reserva para o cancelamento de ações mantidas em tesouraria.

*Lucros acumulados.* A Companhia não tinha lucros acumulados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. Os respectivos lucros foram destinados à constituição de reservas e distribuição de dividendos.

*Participação minoritária.* Nos últimos três exercícios sociais (2017, 2016 e 2015), a Companhia não detinha qualquer participação minoritária em sociedades operacionais.

---

<sup>2</sup> Aumentos de capital social aprovados nas Reuniões de Conselho de Administração de 4 de março de 2015 e 9 de novembro de 2015.

## 10.2. Comentários dos Diretores sobre:

### **a) resultado das operações da Companhia, em especial: i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;**

Abaixo os comentários dos principais fatores que afetaram os resultados da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

*Receitas.* Em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 47,0 milhões, uma redução de 14% quando comparado com o exercício social anterior. Tal redução é justificada pelo desempenho negativo e resgates realizados nos fundos, acarretando na redução das taxas de administração no período. Em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 55,0 milhões, uma redução de 27% quando comparado com o exercício social anterior. Tal redução é justificada pelo desempenho negativo dos fundos, acarretando na redução das taxas de administração no período. Em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 75,2 milhões um aumento de 3,1% quando comparado com o exercício social anterior. Esta variação se deve ao desempenho positivo dos fundos de investimentos geridos pela Companhia, que acarretou no aumento do volume de taxas de administração no período.

*Despesas de pessoal.* Em 31 de dezembro de 2017, as despesas de pessoal totalizaram 23,4 milhões, representando uma redução de 20% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Essa redução é justificada pela diminuição no quadro de funcionários da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, as despesas de pessoal totalizaram 29,2 milhões, representando uma redução de 2% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Essa redução é justificada pela diminuição no quadro de funcionários da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 29,8 milhões, representando aumento de 5% quando comparado ao mesmo exercício do ano anterior. Tal variação é decorrente do pagamento de remuneração variável do período e dissídio sobre a folha.

*Despesas administrativas.* Em 31 de dezembro de 2017, as despesas administrativas totalizaram R\$ 7,5 milhões, uma redução de 30% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Essa redução foi justificada pela diminuição de custos administrativos e busca por eficiência operacional. Em 31 de dezembro de 2016, as despesas administrativas totalizaram R\$ 10,7 milhões, uma redução de 3% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. Essa redução foi justificada pela diminuição de custos administrativos e busca por eficiência operacional. Em 31 de dezembro de 2015, as despesas administrativas totalizaram R\$ 11 milhões. Quando comparado com o resultado apresentado ao final do exercício social anterior, verifica-se uma redução de 6,7%, em função de economia com consultorias e serviços prestados por terceiros.

*Outras despesas/receitas.* Em 31 de dezembro de 2017, as outras despesas/receitas apresentaram o total de R\$ 1,0 milhões negativo, representando um aumento de despesa de 4,0% em relação ao exercício social anterior, justificada, principalmente, por baixas no ativo fixo do escritório de TISA NY Inc. Em 31 de dezembro de 2016, as outras despesas/receitas apresentaram o total de R\$ 26 mil, representando uma redução de 105% em relação ao exercício social anterior, justificada pelo recebimento de despesas reembolsadas pelos Fundos Tarpon e pela diminuição das despesas com impostos da subsidiária integral TISA NY Inc. Em 31 de dezembro de 2015, o grupo outras despesas/receitas registrou um saldo de R\$ 511 mil, montante de despesas relacionadas a tributos municipais, tarifas bancárias e taxas de custódia.

*Lucros (prejuízos) financeiros, líquidos.* Em 31 de dezembro de 2017, o resultado dos ativos financeiros totalizou R\$ 1,4 milhões, decorrente de aplicações financeiras oriundos de recursos disponíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2016, o prejuízo líquido de ativos financeiros mensurados ao valor justo totalizou R\$ 2,0 milhões, justificado pelo prejuízo apurado em operação de derivativo referenciado em ações de própria emissão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o prejuízo financeiro líquido totalizou R\$3,6 milhões, prejuízo justificado pelo resultado negativo das operações com instrumentos financeiros e derivativo referenciado em ações de própria emissão da Companhia.

*Resultado das atividades operacionais.* Em 31 de dezembro de 2017, o resultado das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 15,6 milhões, representando um aumento de 38% quando comparado ao exercício social anterior. A variação é justificada principalmente pela redução nas despesas de pessoal e despesas administrativas. Em 31 de dezembro de 2016, o resultado das

atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 11,2 milhões, representando uma redução de 58% quando comparado ao exercício social anterior. A variação é justificada principalmente pelo desempenho negativo dos Fundos Tarpon e conseqüentemente, no menor recolhimento de taxas de administração pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o resultado das atividades operacionais da Companhia totalizou R\$ 27,0 milhões, apresentando um aumento de 2,1% quando comparado com o exercício social anterior. Tal variação deu-se em razão do melhor desempenho dos Fundos Tarpon em relação ao mesmo período findo em 2014, que resultou no aumento de receitas relacionadas às taxas de administração, e à economia de custos administrativos.

*Despesas de impostos sobre o lucro.* Em 31 de dezembro de 2017, a despesa de impostos sobre o lucro totalizou R\$ 6,1 milhões, apresentando um aumento de 25% quando comparado ao exercício social anterior. Essa variação é justificada pelos impostos sobre aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2016, a despesa de impostos sobre o lucro totalizou R\$ 4,9 milhões, apresentando uma redução de 37% quando comparado ao exercício social anterior. Essa variação é justificada pela redução na receita operacional bruta e pelo prejuízo fiscal apurado na subsidiária integral da Companhia localizada em Nova York. Em 31 de dezembro de 2015, a despesa de impostos sobre o lucro totalizou R\$ 7,8 milhões, uma redução de 38% quando comparado ao mesmo período de 2014. Tal redução foi ocasionada pela compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social relacionada ao imposto pago pela subsidiária TISA NY Inc..

*Lucro líquido.* Em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 9,4 milhões, um aumento de 49% quando comparado com o exercício social anterior. Em 31 de dezembro de 2016, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 6,3 milhões, uma queda de 67% quando comparado com o exercício social anterior. Em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 19 milhões, um aumento de 39% quando comparado com o ano anterior.

**b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e**

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.**

*Ativos sob gestão.* Nos últimos três exercícios sociais (2017, 2016 e 2015), as variações de receitas da Companhia são atribuíveis às variações dos montantes e desempenho dos recursos sob gestão da Companhia por meio dos Fundos Tarpon.

As taxas de administração são geradas de acordo com um percentual fixo ou variável sobre o valor do patrimônio líquido dos Fundos Tarpon, e reconhecidas na medida da prestação dos respectivos serviços.

As taxas de performance são geradas quando os Fundos Tarpon atingem determinado desempenho, conforme definido nos regulamentos dos mesmos. As taxas de performance são calculadas em periodicidades diferentes, conforme cada contrato.

*Câmbio.* A maioria dos ativos sob gestão dos Fundos Tarpon está localizada ou possui exposição significativa ao Brasil, sendo compostos por valores mobiliários de companhias brasileiras e em instrumentos de dívida de emissores brasileiros (principalmente o Governo Federal), os quais são cotados em reais. Para alguns dos fundos estrangeiros, tanto os ativos sob gestão, bem como o desempenho / performance, são determinados em dólares, e convertidos com base na taxa de câmbio entre o dólar norte americano e o real em datas específicas. Dessa forma, sendo todos os demais itens iguais, a depreciação do real em relação ao dólar reduzirá o valor em dólares dos ativos sob gestão e os retornos em dólares dos fundos estrangeiros.

**10.3. Comentários dos Diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar das demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação relevante pela Companhia.

**c) eventos ou operações não usuais.**

Não ocorreram durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

**10.4. Comentários dos Diretores sobre:**

**a) mudanças significativas nas práticas contábeis;**

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

**b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis; e**

Durante os três últimos exercícios sociais (2015, 2016 e 2017), as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro – IFRS emitidas pelo International Standards Board-IASB.

Durante os três últimos exercícios sociais (2015, 2016 e 2017), não houve diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e individual apresentados. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais foram e são apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

**c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.**

Nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios de 2015, 2016 e 2017, não houve ressalva ou ênfase.



**10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros).**

As demonstrações financeiras individuais da Companhia são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que exige a utilização de julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores reportados das receitas e despesas durante os períodos considerados.

O julgamento da administração da Companhia é particularmente relevante na determinação dos valores justos dos ativos financeiros e na avaliação acerca da necessidade de constituição de provisões para os passivos contingentes. Embora a administração da Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas foram baseados em premissas razoáveis e com base nas informações disponíveis, tais julgamentos e estimativas estão sujeitos a diversos riscos e incertezas e os resultados reais da Companhia podem diferir de tais julgamentos e estimativas.

Apresentamos a seguir um resumo das políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia. Para maiores informações, recomendamos a leitura das notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

#### **a.Receitas**

As receitas são compostas de remuneração pelos serviços de gestão de carteira dos Fundos Tarpon, referentes a taxas de administração e taxas de performance. As taxas de administração são apuradas com base em percentual sobre o valor do patrimônio líquido dos fundos e reconhecidas conforme a prestação dos respectivos serviços. As taxas de performance são geradas quando o desempenho dos Fundos Tarpon supera um determinado parâmetro ou taxa mínima de rentabilidade (*hurdle rate*), conforme definido nos respectivos regulamentos, e são reconhecidas no momento em que houver a certeza do seu valor e recebimento.

## **b. Instrumentos financeiros**

### ***Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado***

Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado são destinados à negociação e são representados por aplicações da Companhia em operações compromissadas. Os juros, os ganhos e as perdas decorrentes do ajuste a valor justo foram reconhecidos nas demonstrações de resultados na rubrica “Resultado com ativos financeiros”. O valor justo desses ativos é determinado com base no valor ajustado pela taxa de depósito interbancário - DI informado pelo Banco emissor da operação compromissada, respectivamente, ao final de cada mês.

### ***Instrumentos financeiros derivativos***

Os ativos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (hedge) ou não. Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, incluindo a consideração sobre risco de crédito, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

## **c. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

## **d. Redução ao valor recuperável**

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

#### **e. Investimentos em controladas e subsidiária no exterior**

Os investimentos em controladas e em subsidiária no exterior são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais.

#### **f. Ativo imobilizado**

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, que consideram o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens e os respectivos valores residuais. As taxas anuais de depreciação são: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos (10%), instalações (10%), sistemas de processamento de dados (20%), sistemas de comunicação e segurança (20%) e licenças de software (25%). As benfeitorias em imóvel de terceiro são amortizadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (cinco anos), a uma taxa anual de 20%.

#### **g. Ativo Intangível**

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzidos da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### **h. Depósitos judiciais**

Estão representados por depósitos judiciais efetuados pela Companhia para interposição de recursos e discussão da incidência de Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre receitas provenientes do exterior. Quando aplicável, nas demonstrações financeiras, esses depósitos são apresentados com a redução das respectivas provisões para riscos fiscais.

**i. Benefícios de curto prazo aos empregados e administradores**

Os empregados e administradores fazem jus a remuneração fixa, variável e participação no plano de participação nos lucros e resultados da Companhia, conforme aplicável. Reconhece-se a provisão do valor estimado a pagar a título de participação nos lucros ou remuneração variável quando a Companhia atender as condições de obrigação legal (condições estabelecidas no plano) ou constituída, conforme aplicável, de pagar o referido valor e quando houver a possibilidade de estimativa confiável da obrigação.

Os empregados e administradores não fazem jus a qualquer tipo de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

**j. Passivos contingentes, provisões e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma:

Provisões para riscos – os processos são avaliados por assessores jurídicos e pela administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

**k. Plano de opções de compra de ações**

Os efeitos do plano de opções de compra de ações são calculados com base no valor justo na data da outorga das opções e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados em base pro-rata, pelo período de carência (*vesting*) de cada concessão.

### **l. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia utilizou como regime tributário o Lucro Real. Dessa forma, a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que superar a R\$ 240 mil ao ano, ou, R\$ 20 mil por mês. A provisão para contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 9%. Para o exercício de 2017, a Tarpon Gestora de Recursos S.A., adotou o regime tributário pelo Lucro Presumido, mesmo regime adotado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Para as empresas com regime de tributação do lucro presumido, utiliza-se a alíquota de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços adicionando as receitas financeiras e ganhos de capital para a formação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social e aplica-se as alíquotas 25% de imposto de renda e 9% de contribuição social.

As alíquotas de PIS e COFINS sob regime cumulativo, são de 0,65% e 3,00% respectivamente, para o cálculo dos tributos na Tarpon Gestora de Recursos S.A., incidentes apenas sobre as receitas de taxa de administração e performance oriundas da gestão dos fundos nacionais. Para o regime de tributação não cumulativo, aplicável à Companhia, as alíquotas de PIS e COFINS são respectivamente de 1,65% e 7,60% deduzidas as despesas creditáveis, adicionado do cálculo de 0,65% e 4,00% sobre as receitas financeiras.

A alíquota de ISS incidente sobre as receitas de gestão de carteira, incluindo a gestão de fundos nacionais e estrangeiros, é de 2%. Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento.

O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, são decorrentes da atualização dos depósitos judiciais de ISS sobre as receitas auferidas com fundos estrangeiros.

### **m. Outros ativos e passivos**

Os outros ativos foram demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “pro-rata” dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base “pro-rata” dia) incorridos.

**n.Recebíveis**

Os recebíveis são registrados pelos valores de realização, incluindo provisão para perdas, quando aplicável.

**o.Divulgações financeiras por segmento**

Um segmento é um componente da Companhia que se dedica a fornecer produtos ou prestar serviços (segmento de negócios), ou a fornecer produtos ou prestar serviços em um ambiente econômico particular (segmento geográfico), que está sujeito a riscos e recompensas diferentes daqueles de outros segmentos.

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, realiza apenas um tipo de negócio (prestação de serviços relacionados com a gestão de carteiras) nos diversos mercados em que atua e, conseqüentemente, não é apresentada nenhuma divisão secundária do segmento por tipo de negócio nem por segmento geográfico.

**p.Resultado abrangente**

Resultante da variação cambial da consolidação das subsidiárias no exterior.

**q.Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

**r.Lucro por ação**

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelo potencial exercício das opções de compra das ações, com efeito diluidor no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

**10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:**

**a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos; e**

Nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015, não havia qualquer ativo ou passivo que não estivesse refletido nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015, não havia outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.



**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;**

Não aplicável, pois não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**b) natureza e o propósito da operação; e**

Não aplicável, pois não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não aplicável, pois não havia itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**10.8. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:**

**a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

Não há investimentos relevantes em andamento e/ou previstos pela Companhia.

**b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.**

Atualmente, a Companhia não pretende adquirir plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

**c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

A Companhia pretende lançar e constituir fundos de investimento e/ou carteiras administradas para realizar investimentos em novas oportunidades na estratégia de empresariamento, bem como alocações adicionais em empresas investidas. Caso concluídos os lançamentos de tais fundos e carteiras, os custos de constituição e desenvolvimento são geralmente arcados pelos próprios cotistas.

Além disso, recentemente, a Companhia reabriu fundos voltados para a estratégia de gestão de portfólio dedicado exclusivamente em companhias abertas, com perfil de investimento passivo, sem participação na administração das empresas do portfólio.

**10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

A Companhia acredita que não existam outros fatores que influenciariam de maneira relevante o seu desempenho operacional e que não tenham sido discutidos nesta seção.

**ANEXO II – ANEXO 9-1-II À INSTRUÇÃO CVM Nº481 –  
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

**1. Lucro líquido do exercício**

O lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$ 9.429.819,74.

**2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.**

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o conselho de administração da Companhia aprovou em 9 de fevereiro de 2018 a proposta de distribuição do montante de R\$ 2.357.454,94 (dois milhões, trezentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) a títulos de dividendos mínimos obrigatórios a ser pago pela Companhia, nos termos de seu estatuto social.

O total a ser distribuído será R\$ 2.357.454,94 (dois milhões, trezentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) (R\$ 0,053439 por ação de emissão da Companhia, considerando o número de ações de emissão da Companhia<sup>3</sup>).

Nos exercícios sociais de 2017, 2016 e 2015, não houve o pagamento de juros sobre o capital próprio pela Companhia.

**3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído.**

Caso a proposta da administração seja aprovada pelos acionistas em referida Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o montante total distribuído a título de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 será de R\$ 2.357.454,94 (dois milhões, trezentos e

---

<sup>3</sup> Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 29 de março de 2018.

cinquenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) correspondente a 25% do lucro líquido da Companhia neste exercício.

**4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.**

Não foi proposta a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.**

O montante total distribuído a título de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 será de R\$ 2.357.454,94 (dois milhões, trezentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) totalizando R\$ 0,053439 por ação de emissão da Companhia<sup>4</sup>, correspondente a 25% do lucro líquido da Companhia no referido exercício.

A Companhia possui somente ações ordinárias emitidas, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e de seu Estatuto Social.

**b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos são pagos em dinheiro, à vista, em até 15 (quinze) dias úteis após a devida aprovação pela assembleia geral ou reunião do conselho de administração que o declarar, conforme o caso.

**c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não houve atualização ou juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

---

<sup>4</sup> Considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 29 de março de 2018

**d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

A assembleia geral ordinária e extraordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2018 irá deliberar sobre a proposta da administração de destinação de resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e determinará a data de pagamento dos dividendos. O pagamento dos dividendos tomará como base de cálculo a posição acionária no encerramento do pregão do dia 30 de abril de 2018, data de realização da assembleia geral ordinária e extraordinária.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não foram destacados dividendos intermediários durante o exercício social de 2017.

**b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não foram destacados dividendos intermediários durante o exercício social de 2017.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Exercício Social	2017	2016	2015
Lucro Líquido/Ação Ordinária <sup>5</sup>	R\$0,213755	R\$0,143265	R\$0,416876

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores\***

Exercício Social	2017	2016	2015
Dividendo/ Ação Ordinária <sup>6</sup>	R\$0,053439	R\$0,114213	R\$0,10419

\* Calculado com base no número de ações no encerramento de cada exercício social.

**8. Destinação de lucros à reserva legal**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Em 2017 não houve constituição de reserva legal em razão do montante registrado atingir 20% do Capital Social da Companhia no exercício corrente.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

Conforme indicado pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, deverá ser destinado à reserva legal o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, não podendo esta reserva exceder 20% do capital social da Companhia. Como a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 7.084.679,71 (sete milhões, oitenta e quatro mil seiscientos e setenta e nove

<sup>5</sup> Calculado com base no número total de ações emitidas pela Companhia no encerramento de cada exercício social

<sup>6</sup> Calculado com base no número total de ações emitidas pela Companhia no encerramento de cada exercício social

reais e setenta e um centavos) de capital social, a Companhia não realizou a constituição da reserva no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 devido ao montante total ter atingido a capacidade máxima permitida em lei para esta reserva.

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável. A Companhia possui somente ações ordinárias emitidas.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Em cada exercício social, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei 6.404/76.



**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

O dividendo mínimo obrigatório está sendo pago integralmente.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não há proposta de retenção de dividendos.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção**

Não aplicável.

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.**

Não aplicável.

**c. Justificar a retenção dos dividendos**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

**a. Identificar o montante destinado à reserva**

De acordo com a proposta da administração que será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2018, não houve destinação de resultado para reserva de contingência.

**b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**

Não aplicável.

**c. Explicar porque a perda foi considerada provável**

Não aplicável.

**d. Justificar a constituição da reserva**

Não aplicável.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

De acordo com a proposta da administração que será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 2018, houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar o montante de R\$ 7.072.364,81 (sete milhões, setenta e dois mil e trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos).

**a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**

O montante destinado para reserva de lucros a realizar foi de R\$ 7.072.364,81 (sete milhões, setenta e dois mil e trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos).

**b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

O montante é decorrente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, deduzido o montante destinado a título de dividendos mínimos obrigatórios.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O estatuto social da Companhia prevê, em seu Artigo 49, parágrafo 2º, “d”, que até 10% do lucro líquido, ajustado nos termos do estatuto, deduzido o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, poderá ser destinado para reserva estatutária denominada reserva de investimento, com a finalidade de resgate, recompra ou aquisição de ações de emissão da Companhia, ou ao desenvolvimento das atividades da Companhia, limitado ao montante do capital social da Companhia.

**b. Identificar o montante destinado à reserva**

Não será destinado nenhum montante a essa reserva.

**c. Descrever como o montante foi calculado**

Trata-se de reserva opcional.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

**a. Identificar o montante da retenção**

Não será destinado nenhum montante a essa reserva.

**b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não será destinado nenhum montante a essa reserva.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

**a. Informar o montante destinado à reserva**

De acordo com a proposta da administração que será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 2018, não houve destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

**b. Explicar a natureza da destinação**

Não aplicável.

**ANEXO III – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL  
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Nos termos de reunião do conselho de administração da Tarpon Investimentos S.A. (“Companhia”) realizada em 29 de março de 2018, com a concordância do Comitê de Remuneração e Participação da Companhia, será submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 30 de abril de 2018, a remuneração global para os administradores da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), montante menor ao montante aprovado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A presente proposta será aplicável à totalidade da remuneração a ser recebida pelos administradores da Companhia em quaisquer de suas subsidiárias.

A Companhia esclarece que, do limite global aprovado para o exercício social de 2017, foram efetivamente recebidos pelos administradores da Companhia R\$ 10.197.062,06<sup>7</sup> dos R\$ 13.500.000,00 previamente aprovados pela Assembleia da Companhia. Referida diferença é decorrente, dentre outros motivos, do desempenho da Companhia em referido período.

---

<sup>7</sup> O montante descrito neste item reflete o montante efetivamente desembolsado no exercício social de 2017 a título de remuneração para os administradores da Companhia e de suas subsidiárias. Ressaltamos que, para apuração de remuneração variável, a Companhia observa o período de competência compreendido entre 1º de abril do ano anterior ao desembolso e 31 de março do ano do efetivo desembolso.

**ANEXO IV – INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

Os montantes descritos nesta seção refletem os montantes efetivamente desembolsados nos respectivos exercícios sociais a título de remuneração para os administradores da Companhia e de suas subsidiárias. Ressaltamos que, para apuração de remuneração variável, a Companhia observa o período de competência compreendido entre 1º de abril do ano anterior ao desembolso e 31 de março do ano do efetivo desembolso.

**13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Os principais objetivos da política de remuneração da Companhia consistem em: (i) alinhamento de interesses dos executivos e colaboradores com o objetivo primordial de geração de valor para os acionistas da Companhia, e (ii) preservação da meritocracia, de modo que a remuneração de cada executivo seja proporcional à sua contribuição com o resultado da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 não havia qualquer política de remuneração devidamente formalizada. A Companhia conta com um plano de opção de compra de ações, que não tem natureza remuneratória. Seus detalhes estão expostos ao longo deste item 13 do Formulário de Referência e o plano pode ser acessado no sítio eletrônico da CVM, na seção relacionada à Companhia.

**b) Composição da remuneração**

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

De modo a atingir os objetivos da política de remuneração, os executivos da Companhia fazem jus à remuneração composta pelos seguintes elementos: (1) remuneração fixa (pró-labore); e (2) remuneração variável (bônus ou PLR, conforme o caso), baseada em indicadores de desempenho quantitativos e qualitativos definidos periodicamente.

Além disso, a Companhia oferece a seus executivos participação no plano de opção de compra de ações, com o objetivo de investimento de longo prazo, que não faz parte, tampouco possui natureza de remuneração. Atualmente, não faz parte de política da Companhia a outorga de opções de compra de ações a membros do Conselho de Administração pelo exercício de tal função, sendo certo que conselheiros que não são independentes são titulares de opções na qualidade de diretores executivos.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta somente de pró-labore. Os membros dos comitês estatutários que fazem parte do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia não fazem jus à remuneração adicional em razão de sua participação em referidos comitês. Os demais membros fazem jus a pagamentos trimestrais pela participação nos comitês.

Por fim, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta somente por pró-labore nos termos do parágrafo §3º do art. 162 da Lei das S.A.

(ii) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Exercício social de 2017:

<b>Elemento</b>	<b>Participação na remuneração total</b>
Remuneração fixa	54,29%
Gratificação ou PLR	45,71%
Total	100%

Exercício social de 2016:

<b>Elemento</b>	<b>Participação na remuneração total</b>
Remuneração fixa	58,82%
Gratificação ou PLR	41,18
Total	100%

Exercício social de 2015:

<b>Elemento</b>	<b>Participação na remuneração total</b>
Remuneração fixa	55,44%
Gratificação ou PLR	44,56%
Total	100%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores referentes a pró-labore são determinados periodicamente de acordo com práticas de mercado para empresas de setores similares à Companhia.

A remuneração variável dos diretores estatutários será determinada pelo Conselho de Administração da Companhia, levando-se em consideração as recomendações não vinculativas do comitê de remuneração e participação da Companhia.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia acredita que a combinação dos elementos que compõe a remuneração esteja alinhada com as perspectivas de rentabilidade e riscos inerentes aos negócios da Companhia.

(v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os diretores estatutários da Companhia recebem a totalidade de sua remuneração pela subsidiária integral da Companhia, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“Tarpon Gestora”), sociedade operacional que realiza os serviços de gestão das carteiras, veículos e fundos de investimento.

Ainda, os membros do conselho de administração da Companhia que não são membros independentes não recebem qualquer remuneração em razão do exercício de suas funções de conselheiros, dado que renunciaram à tal remuneração e atuam como administradores de subsidiárias da Companhia e/ou são acionistas diretos e/ou indiretos da Companhia.



**c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;**

**d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;**

**e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.**

A Companhia adota como indicadores de desempenho metas empresariais qualitativas e quantitativas. Dentre as metas quantitativas, estão incluídos, dentre outros, o acompanhamento do resultado global da Companhia mensurado pelo lucro líquido. São realizadas avaliações periódicas para mensurar desempenho individual, com base em metas específicas estabelecidas no PLR.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Os Diretores Estatutários da Companhia recebem a totalidade de sua remuneração pela subsidiária integral da Companhia, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. (“Tarpon Gestora”), sociedade operacional que realiza os serviços de gestão das carteiras, veículos e fundos de investimento. A remuneração global aprovada na assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2017 já engloba a remuneração recebida pelos Diretores da Companhia pela Tarpon Gestora.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

**13.2 - Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:**

**2018 – Remuneração Prevista**

Os valores abaixo são meras estimativas e podem ser alterados, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente verificados.

<b>Órgão da Administração</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	4,00	-	4,50	8,50
Nº de membros remunerados	2,00	-	4,50	6,50
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>[312.000,00]</b>	-	<b>[4.641.000,00]</b>	<b>[5.301.000,00]</b>
Salário/pró-labore	[312.000,00]	-	[4.641.000,00]	[5.301.000,00]
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável</b>	-	-	<b>[6.297.000,00]</b>	<b>[6.297.000,00]</b>
Bônus	-	-	[6.297.000,00]	[6.297.000,00]
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessão de exercício	-	-	-	-
<b>Remuneração baseada em ações</b>	-	-	<b>1.750.000,00</b>	<b>1.750.000,00</b>
<b>Total da remuneração</b>	<b>[312.000,00]</b>	<b>0,00</b>	<b>[12.688.000,00]</b>	<b>[13.000.00,00]</b>



2017

<b>Órgão da Administração</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	4,00	2,75	4,58	11,33
Nº de membros remunerados	2,00	2,5	4,58	9,33
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>312.000,00</b>	<b>287.100,00</b>	<b>5.404.543,03</b>	<b>6.003.643,03</b>
Salário/pró-labore	312.000,00	287.100,00	5.404.543,03	6.003.643,03
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.792.519,03</b>	<b>4.792.519,03</b>
Bônus	-	-	4.792.519,03	4.792,519,03
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessão de exercício	-	-	-	-
<b>Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>312.000,00</b>	<b>287.100,00</b>	<b>10.197.062,06</b>	<b>10.796.162,06</b>

2016

<b>Órgão da Administração</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	3	2,5	5,3 <sup>8</sup>	10,83
Nº de membros remunerados	2	2,5	5,3	9,83
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>312.000,00</b>	<b>261.000,00</b>	<b>7.616.081,88</b>	<b>8.189.081,88</b>
Salário/pró-labore	312.000,00	261.000,00	7.616.081,88	8.189.081,88
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.732.922,75</b>	<b>5.732.922,75</b>
Bônus	-	-	5.732.922,75	5.732.922,75
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessão de exercício	-	-	-	-
<b>Remuneração baseada em ações</b>	-	-	<b>810.886,04</b>	<b>810.886,04</b>
<b>Total da remuneração</b>	<b>312.000,00</b>	<b>261.000,00</b>	<b>14.159.890,67</b>	<b>14.732.890,67</b>

<sup>8</sup> Do número total reportado, 2,0 membros eram diretores da Tarpon Investimentos S.A. e o restante eram diretores de suas subsidiárias.

**2015**

Órgão da Administração	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	2	0	6,1 <sup>9</sup>	8,1
Nº de membros remunerados	2	0	6,1	8,1
Remuneração fixa anual	<b>312.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.926.096,15</b>	<b>7.238.096,15</b>
Salário/pró-labore	312.000,00	0,00	6.926.096,15	7.238.096,15
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.818.044,49</b>	<b>5.818.044,49</b>
Bônus	-	-	5.818.044,49	5.818.044,49
Participação nos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessão de exercício	-	-	-	-
<b>Remuneração baseada em ações</b>	-	-	<b>1.496.867,02</b>	<b>1.496.867,02</b>
<b>Total da remuneração</b>	<b>312.000,00</b>	-	<b>14.241.007,66</b>	<b>14.553.007,66</b>

O conselho fiscal da Companhia não está instalado para o exercício social de 2015, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

<sup>9</sup> Do número total reportado, 2,0 membros eram diretores da Tarpon Investimentos S.A. e o restante eram diretores de suas subsidiárias.

**13.3 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo**

**Remuneração Prevista**

Os valores abaixo são meras estimativas e podem ser alterados, de modo que não é possível assegurar que tais valores estimados serão efetivamente verificados.

**2018**

<b>Órgãos da Administração</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	[4,00]	[4,50]	[8,50]
Nº de membros remunerados	[2,00]	[4,50]	[6,50]
<b>Bônus</b>			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	[6.297.000,00]	[6.297.000,00]
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A
<b>Participação no resultado</b>			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

**2017**

Órgãos da Administração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	4,00	2,75	4,58	11,33
Nº de membros remunerados	2,00	2,75	4,58	9,33
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	7.496.356,97	7.496.356,97
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	4.792.519,03	4.792,519,03
<b>Participação no resultado</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

**2016**

Órgãos da Administração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Total
-------------------------	------------------------------	--------------------	--------------------------	-------



Número de membros	3,00	2,50	5,33 <sup>10</sup>	10,83
Nº de membros remunerados	2,00	2,50	5,33	9,83
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	10.500.032,08	10.500.032,08
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	5.732.922,75	5.732.922,75
<b>Participação no resultado</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

<sup>10</sup> Do número total reportado, 2,0 membros eram diretores da Tarpon Investimentos S.A. e o restante eram diretores de suas subsidiárias.

## 2015

O conselho fiscal da Companhia não está instalado no exercício social de 2015, razão pela qual não são apresentados os valores previstos para remuneração dos membros deste órgão.

Órgãos da Administração	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Número de membros	2	6,08 <sup>11</sup>	8,08
Nº de membros remunerados	2	6,08	8,08
<b>Bônus</b>			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	10.765.036,83	10.765.036,83
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	5.818.044,49	5.818.044,49
<b>Participação no resultado</b>			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A

<sup>11</sup> Do número total reportado, 2,0 membros eram diretores da Tarpon Investimentos S.A. e o restante eram diretores de suas subsidiárias.

**13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:**

**a) Termos e condições gerais**

Em 16 de fevereiro de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações (“Plano”), com base no qual serão emitidas opções que concederão a seus titulares o direito de adquirir ações representando até 25% das ações de emissão da Companhia, em bases totalmente diluídas. O Plano foi alterado em 30 de novembro de 2009, 18 de agosto de 2010 e 18 de junho de 2012.

O Plano não tem caráter remuneratório, consistindo em mecanismo de alinhamento de longo prazo para os executivos da Companhia.

**b) Principais objetivos do plano**

O Plano tem por objetivo permitir que determinados administradores e empregados da Companhia (incluindo-se aqueles vinculados às subsidiárias da Companhia e às companhias investidas pelos Fundos), bem como pessoas físicas prestadoras de serviços para a Companhia (“Participantes”), adquiram ações ordinárias da Companhia, visando a alinhar interesses dos acionistas da Companhia aos de seus administradores e executivos e, assim, incentivá-los a contribuir substancialmente para o sucesso da Companhia.

**c) Forma como o plano contribui para esses objetivos**

O Plano poderá gerar benefícios aos Participantes, que poderão receber parte do valor que vier a ser gerado pela Companhia, e aos acionistas da Companhia, que contarão com Participantes incentivados a maximizar os resultados da Companhia.

**d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia**

O Plano representa ferramenta de alinhamento dos interesses dos acionistas, administradores, executivos e funcionários da Companhia no longo prazo. O Plano não tem natureza remuneratória.

**e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

Em razão do contínuo prazo de *vesting* (20% ao ano), do extenso prazo de exercício das opções objeto do Plano (5 anos) e da restrição à alienação das ações adquiridas em decorrência do exercício das opções pelos Participantes pelo período de 12 meses, acreditamos que o Plano confira incentivos de médio e longo prazo para alinhamento entre os Participantes e a Companhia.

**f) Número máximo de ações abrangidas**

O Plano abrange até 25% do total de ações emitidas pela Companhia, em bases totalmente diluídas.

**g) Número máximo de opções a serem outorgadas**

O número máximo de opções que pode ser outorga nos termos do Plano é de 13.724.667.

**h) Condições de aquisição de ações**

As opções objeto do Plano passaram(ão) a ser exercíveis nas proporções e em cada uma das datas abaixo relacionadas (“Datas de Vesting”):

- (i) a primeira parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 10 de março de 2009 e 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos três aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;

- (ii) a segunda parcela das opções inicialmente outorgadas em 10 de março de 2009 tornou-se exercível na proporção de 20% em 1º de julho de 2009. Em cada um dos quatro aniversários subsequentes à 1º de julho de 2009, 20% das ações tornar-se-ão exercíveis;
- (iii) as opções inicialmente outorgadas a partir de 1º de julho de 2009 tornar-se-ão exercíveis na proporção de 20% em cada dia 1º de julho dos cinco exercícios sociais subsequentes à respectiva data de outorga;

Nenhum participante poderá alienar as ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

#### **i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

O preço de exercício das opções outorgadas será o maior valor entre: (i) R\$5,60 (cinco reais e sessenta centavos) por ação, ajustado nos termos e limites do item 5.4(c) do Plano, desde a data de aprovação inicial do Plano até a data de outorga da respectiva Opção; e (ii) 75% da cotação de mercado das Ações na BM&FBOVESPA, no fechamento do pregão anterior à data de outorga da respectiva opção. Tal Preço de Exercício estará sujeito a ajustes subsequentes, nos termos e limites do item 5.4 (c) do Plano.

#### **j) Critérios para fixação do prazo de exercício**

Cada parcela das opções do plano expirará no 5º aniversário da respectiva Data de Vesting.

#### **k) Forma de liquidação**

O Preço de Exercício deverá ser pago pelo Participante à Companhia em dinheiro, em uma única parcela, até a data do registro das Ações em nome do Participante nos livros da instituição financeira escrituradora das ações de emissão da Companhia.

#### **l) Restrições à transferência de ações**

Nenhum Participante poderá alienar as Ações adquiridas por meio do exercício das opções pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de exercício da respectiva opção.

**m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

A totalidade das opções outorgadas a cada Participante tornar-se-á automaticamente exercível, dentre outras hipóteses, nos seguintes casos: (i) os atuais acionistas controladores deixarem de deter em conjunto pelo menos 30% do total das ações da Companhia a qualquer momento; (ii) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações da Companhia (que não no âmbito de reorganização societária interna); (iii) operação societária ou comercial envolvendo substancialmente todos ativos da Companhia.

**n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

O exercício das opções está sujeito ao preenchimento de determinados requisitos pelo Participante na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de que o Participante continue vinculado à Companhia em cada tal data. Em caso de término voluntário do vínculo do Participante com a Companhia, ou de término sem justa causa por parte da Companhia, tal beneficiário poderá exercer apenas a parte das opções exercíveis, no prazo de 30 dias de tal término, sendo que as opções não exercíveis ou não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano. Em caso de término do vínculo com a Companhia por parte da Companhia, por justa causa, tal beneficiário não terá direito de exercer quaisquer das opções que recebeu. Neste caso, todas as opções não exercidas estarão novamente disponíveis para outorga no âmbito do Plano.

### 13.5

#### **Remuneração baseada em ações**

O plano de opção de compra de ações da Companhia não tem natureza remuneratória.

Não estão previstas outorgas de opções a membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social corrente, tampouco foi outorgada qualquer opção aos atuais membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia exclusivamente na qualidade de diretores ou conselheiros da Companhia.

**13.6**

**Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2017<sup>12</sup>**

<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº de membros</b>	4,00	2,75	4,58
<b>Nº de membros Remunerados</b>	2,00	2,75	4,58
<b>Opções ainda não exercíveis</b>			
Quantidade	-	-	-
Data que se tornarão exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	-
<b>Opções Exercíveis</b>			
Quantidade	-	-	260.000
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	2019/2020
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-	1 ano
Preço médio ponderado de exercício	-	-	R\$ 5,51
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-	R\$ 3,00
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	R\$ 780.000,00

<sup>12</sup> Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.



**13.7**

**Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2017**

<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº de membros</b>	4,00	2,75	4,58
<b>Nº de membros remunerados</b>	2,00	2,75	4,58
<b>Opções exercidas</b>	-	-	-
Número de ações	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	-
<b>Ações entregues</b>	-	-	-
Número de ações entregues	-	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-	-
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-	-

**Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2016<sup>13</sup>**

<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº de membros</b>	3	2,5	5,3 <sup>14</sup>
<b>Nº de membros remunerados</b>	2	2,5	5,3
<b>Opções exercidas</b>	-	-	<b>99.999,00</b>
Número de ações	-	-	99.999,00
Preço médio ponderado de exercício	-	-	R\$ 5,15
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	R\$ 2,24
<b>Ações entregues</b>	-	-	<b>99.999,00</b>
Número de ações entregues	-	-	99.999,00
Preço médio ponderado de aquisição	-	-	R\$ 5,15
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-	R\$ 2,24

<sup>13</sup> Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

<sup>14</sup> Do número total reportado, 2,0 membros eram diretores da Tarpon Investimentos S.A. e o restante eram diretores de suas subsidiárias.

**Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2015<sup>15</sup>**

<b>Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>
<b>Nº de membros</b>	<b>2</b>	<b>N/A</b>	<b>6,08<sup>16</sup></b>
Nº de membros remunerados	2	N/A	6,08
<b>Opções exercidas</b>	-	-	-
Número de ações	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	-
<b>Ações entregues</b>	-	-	-
Número de ações entregues	-	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-	-
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-	-

<sup>15</sup> Não foram outorgadas opções aos membros do conselho de administração em razão de suas funções de conselheiros da Companhia.

<sup>16</sup> Do número total reportado, 2,0 membros eram diretores da Tarpon Investimentos S.A. e o restante eram diretores de suas subsidiárias.

## **13.8**

### **Modelo de Precificação**

A avaliação do Plano apresentada neste item foi elaborada utilizando o modelo árvore binomial.

**Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

#### **Outorga de 10 de março de 2009:**

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 70%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 1,29; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,60 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 13%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 30 de novembro de 2009:**

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 34%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 6,87; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 19 de fevereiro de 2010:**

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 28%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 7,84; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$5,23 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 8,63%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

#### **Outorga de 19 de agosto de 2010:**

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 22,60%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 11,45; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$8,59 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,75%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

**Outorga de 8 de agosto de 2011:**

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 20,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 15,20; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$11,40 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 11,90%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

**Outorga de 8 de agosto de 2012:**

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 24,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 12,65; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$9,49 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 10,15%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

**Outorga de 20 de agosto de 2012:**

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 20,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 13,77; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$10,12 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 9,10%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

**Outorga de 10 de outubro de 2013:**

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 19,00%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 15,44; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$11,58 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 11,78%. O cálculo do

valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

**Outorga de 12 de março de 2015:**

As premissas utilizadas no modelo de precificação foram as seguintes: (a) volatilidade média anual de 26,70%; (b) preço corrente da ação correspondente a R\$ 10,59; (c) preço de exercício das opções objeto do plano de R\$7,91 por ação; e (d) a taxa de juros livre de risco de 12,54%. O cálculo do valor das opções tem o propósito específico de atendimento à exigência deste Formulário e não deve ser interpretado como uma indicação de custo para a Companhia ou do preço das ações no futuro.

**Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado**

A Companhia não adota método para incorporar efeitos esperados do exercício antecipado das opções.

**Forma de determinação da volatilidade esperada**

A volatilidade esperada aplicada no modelo de precificação é equivalente à volatilidade do Índice Bovespa.

**Outras características da opção incorporadas na mensuração de seu valor justo**

Além dos elementos descritos acima, nenhuma outra característica foi incorporada na mensuração do valor justo das opções.

**13.9**

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2017

<b>Órgão</b>	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Opções de Ações</b>
Conselho de Administração	24.102.839	432.972
Diretoria	-	-
Conselho Fiscal	-	-

**13.10**

A Companhia não oferece planos de previdência aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

### **13.11**

**2017**

<b>Órgão da Administração</b>	<b>Número de membros</b>	<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>Valor da maior remuneração</b>	<b>Valor da menor remuneração</b>	<b>Valor médio da remuneração</b>
Conselho de Administração	4,00	2,00	R\$ 156.000,00	R\$ 156.000,00	R\$ 156.000,00
Diretoria	4,58	4,58	R\$ 2.098.038,03	R\$ 1.044.000,00	R\$ 2.224.813,54
Conselho Fiscal	2,75	2,75	R\$ 95.700,00	R\$ 95.700,00	R\$ 104.400,00

**2016**

<b>Órgão da Administração</b>	<b>Número de membros</b>	<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>Valor da maior remuneração</b>	<b>Valor da menor remuneração</b>	<b>Valor médio da remuneração</b>
Conselho de Administração	3,00	2,00	R\$ 156.000,00	R\$ 156.000,00	R\$ 156.000,00
Diretoria	5,33 <sup>17</sup>	5,33	R\$ 4.794.366,63	1.047.712,00	R\$ 2.472.750,00
Conselho Fiscal	2,50	2,50	R\$ 87.000,00	R\$ 87.000,00	R\$ 104.400,00

**2015**

<b>Órgão da Administração</b>	<b>Número de membros</b>	<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>Valor da maior remuneração</b>	<b>Valor da menor remuneração</b>	<b>Valor médio da remuneração</b>
Conselho de Administração	3,00	2,00	R\$ 156.000,00	R\$ 156.000,00	R\$ 156.000,00
Diretoria	6,08 <sup>18</sup>	6,08	R\$ 3.729.140,64	R\$ 1.890.000,00	R\$ 2.340.987,56

### **13.12**

<sup>17</sup> Do número total reportado, 2,0 membros eram diretores da Tarpon Investimentos S.A. e o restante eram diretores de suas subsidiárias.

<sup>18</sup> Do número total reportado, 2,0 membros eram diretores da Tarpon Investimentos S.A. e o restante eram diretores de suas subsidiárias.



A Companhia não adota mecanismo de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição de seus cargos ou aposentadoria.

### **13.13**

**Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

<b>Órgão</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	93,5%	74,5%	61,9%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

### **13.14**

**Indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestadas**

<b>Órgão</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

**13.15**

Conforme indicado no item 13.1(f) deste Formulário de Referência, durante o exercício de 2017, 2016 e 2016, a remuneração dos membros da Diretoria foi inteiramente arcada pela Tarpon Gestora de Recursos S.A., subsidiária integral da Emissora responsável pela atividade de gestão de recursos, em razão dos membros da diretoria da Companhia também serem diretores ou funcionários de referida subsidiária operacional da Companhia.

**13.16**

Os montantes descritos nesta seção refletem os montantes efetivamente desembolsados nos respectivos exercícios sociais a título de remuneração para os administradores da Companhia e de suas subsidiárias. Ressaltamos que, para apuração de remuneração variável, a Companhia observa o período de competência compreendido entre 1º de abril do ano anterior ao desembolso e 31 de março do ano do efetivo desembolso.

Além disso, não há outras informações que a Emissora julgue relevantes que já não estejam refletidas em outro subitem do item 13 deste documento.

**ANEXO V – PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E *COMPLIANCE***

**RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E *COMPLIANCE* REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DA COMPANHIA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria e *Compliance* (“Comitê”) da Tarpon Investimentos S.A., sociedade anônima com sede na Rua Iguatemi, 151, 23º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.341.549/0001-63 (“Companhia”), e em observância à Instrução CVM n. 308, de 14 de maio de 1999, conforme alterada (“ICVM 308”), os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Anual Resumido referente ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2017.

**Atividades do Comitê:**

O Comitê realizou 6 (seis) reuniões durante o exercício social de 2017, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos:

- a) Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente;
- b) Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- c) Supervisionou as atividades da área de controles internos da Companhia, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes da Companhia a respeito da efetividade e adequação dos controles internos da Companhia;
- d) Revisou e considerou adequado o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Companhia;

- e) Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras trimestrais e anual;
- f) Avaliou e monitorou, juntamente com a administração e os auditores independentes, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas divulgações;
- g) Criou rotinas de verificação de eventuais riscos sofridos pela Companhia, em especial riscos envolvendo processos judiciais e procedimentos administrativos em geral; e
- h) Elaborou cronograma de reuniões para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018.

O Comitê reuniu-se com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e tomou conhecimento do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados por eles, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. Reuniu-se também, com estes mesmos Auditores ao longo do ano de 2017 para discussão das demonstrações financeiras trimestrais (ITRs) da Companhia, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

## **Conclusão**

Com base nos trabalhos desenvolvidos, este Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras auditadas da Tarpon Investimentos S.A., para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2018

Walter Iório – Coordenador

Horácio Lafer Piva – Membro

Fábio Hering – Membro

**ANEXO VI**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Tarpon Investimentos S.A., no uso das suas atribuições legais, em reunião realizada em 09 de fevereiro de 2018, analisou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, o parecer sem ressalva dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu, datado de 09 de fevereiro de 2018, o Conselho Fiscal concluiu que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras citadas, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados e recomendam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Ainda, analisou as propostas da administração relativas à distribuição de dividendos e concluiu que estão adequadamente apresentadas e recomendam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2018.

Conselho Fiscal da Tarpon Investimento S.A.

Alexandre Caliman Gomes - Presidente

Marcello Joaquim Pacheco - Membro Efetivo

Pedro Henrique A. P. De Oliveira - Membro Efetivo

**ANEXO VII**

**PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES**

**CONFORME ANEXO 13 DA INSTRUÇÃO CVM 481**

1. Fornecer cópia do plano proposto

**TARPON INVESTIMENTOS S.A.**

CNPJ/MF 05.341.549/0001-63

NIRE 35.300.314.611

**PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES**

Aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018

O presente Plano de Outorga de Ações Restritas é regido pelas disposições abaixo.

**1. Definições**

1.1. As expressões abaixo, quando usadas aqui com iniciais em maiúsculo, terão os significados a elas atribuídos a seguir, salvo se expressamente previsto em contrário:

“Ações Restritas” significa as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia outorgadas aos Beneficiários e sujeitas às restrições previstas no presente Plano e no respectivo Contrato de Outorga;

“Beneficiários” significam os administradores e colaboradores da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, em favor dos quais a Companhia outorgar uma ou mais Ações Restritas, nos termos deste Plano, em razão da concordância dos Beneficiários quanto à sua participação ao presente Plano;

“Companhia” significa a Tarpon Investimentos S.A. sociedade anônima com sede na Rua Iguatemi, 151, 23º andar, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.341.549/0001-63;

“Conselho de Administração” significa o Conselho de Administração da Companhia;

“Contrato de Outorga” significa o instrumento particular de outorga das Ações Restritas celebrado entre a Companhia e o Beneficiário, por meio do qual a Companhia outorga Ações Restritas ao Beneficiário;

“Data de Outorga”, salvo se de outra forma expressamente previsto neste Plano ou no Contrato de Outorga, significa, em relação às Ações Restritas outorgadas a cada um dos Beneficiários, a data da reunião do Conselho de Administração que tiver aprovado da outorga de tais Ações Restritas;

“Desligamento” (ou “Desligar”) significa o término da relação jurídica de administrador ou colaborador entre o Beneficiário e a Companhia ou sociedade por ela controlada, por qualquer motivo, incluindo sem limitação renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente e falecimento;

“Pessoas Elegíveis” significa as pessoas que podem ser eleitas como Beneficiários, nos termos do item 3.1 abaixo; e

“Plano” significa o presente Plano de Outorga de Ações Restritas.

## **2. Objetivos do Plano**

2.1. O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas às Pessoas Elegíveis selecionadas pelo Conselho de Administração, com vistas a: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; e (b) possibilitar à Companhia atrair e manter a ela vinculados as Pessoas Elegíveis.

## **3. Pessoas Elegíveis**

3.1. Poderão ser eleitos como Beneficiários de Ações Restritas nos termos do Plano os administradores e colaboradores da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle.

## **4. Administração do Plano**

4.1. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração.

4.2. Obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo:



(a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas, nos termos do Plano, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano;

(b) a eleição dos Beneficiários e a autorização para outorgar Ações Restritas em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a serem outorgadas, incluindo, a apuração da meta de desempenho, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; e

(c) a autorização para aquisição e concessão de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das Ações Restritas nos termos do Plano e da regulamentação aplicável.

4.3. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e no Plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os administradores e colaboradores da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

4.4. As deliberações do Conselho de Administração da Companhia têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano.

## **5. Outorga de Ações Restritas**

5.1. O Conselho de Administração, conforme entender conveniente, aprovará a outorga de Ações Restritas, elegendo os Beneficiários em favor dos quais a Companhia entregará as Ações Restritas nos termos do Plano, estabelecendo, conforme o caso, os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

5.2. A outorga de Ações Restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

5.3. O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações Restritas.

5.4. O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

## **6. Ações Sujetas ao Plano**

6.1. O número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não excederá 1.544.030 das ações representativas do capital social total da Companhia, correspondentes a 3,50% do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano.

6.2. Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, (i) concederá ações mantidas em tesouraria; e/ou (ii) emitirá novas ações.

6.2.1. No caso indicado no item (i) da cláusula 6.2. acima, a operação se dará de forma privada, sem custo para os Beneficiários.

6.2.2. No caso indicado no item (ii) da cláusula 6.2. acima, a operação se dará através da emissão de novas ações pela Companhia, respeitando-se o direito de preferência dos acionistas. Neste caso:

(a) o acionista controlador abster-se-á de exercer seu direito de preferência para que os Beneficiários assim o exerçam, e a Companhia dará a cada um dos Beneficiários um benefício pecuniário vinculado à subscrição das ações emitidas no âmbito do referido aumento de capital; e

(b) o Conselho de Administração da Companhia aprovará referido aumento de capital utilizando-se o preço médio de fechamento das ações de emissão da Companhia divulgado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. - dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à aprovação do aumento de capital.

6.3. As Ações Restritas outorgadas nos termos do Plano manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, bem como eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração.

## **7 Aquisição de Direitos Relacionados às Ações Restritas**

7.1. Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Beneficiários em relação às Ações Restritas serão plenamente adquiridos se verificados os respectivos termos e condições estabelecidas nos Contratos de Outorga.

7.2. As Ações Restritas recebidas pelo Beneficiário, em qualquer hipótese, seja através da (i) concessão das ações mantidas em tesouraria; e/ou da (ii) emissão de novas ações, não poderão ser

negociadas pelos Beneficiários, observado o quanto segue: (i) 50% das Ações Restritas recebidas pelo Beneficiário no âmbito do Plano não poderão ser negociadas até 31 de outubro de 2018; e (ii) 50% das Ações Restritas recebidas pelo Beneficiário no âmbito do Plano não poderão ser negociadas até 31 de outubro de 2019

7.3. O Beneficiário não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas, até a data de efetiva transferência da titularidade das Ações Restritas para os Beneficiários.

## **8. Hipóteses de Desligamento da Companhia e seus Efeitos**

8.1. Na hipótese de Desligamento do Beneficiário, as Ações Restritas que ainda estiverem sujeitas à restrição de alienação descrita no item 7.2 serão recompradas pela Companhia, observados os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Outorga.

## **9. Prazo de Vigência do Plano**

9.1. O Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá vigente até 31 de outubro de 2019.

## **10. Disposições Gerais**

10.1. Nenhuma disposição do Plano conferirá a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como administrador e/ou empregado da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

10.2. Em o Beneficiário optando por participar do Plano, concorda expressamente com os termos do Plano, mediante declaração escrita, nos termos definidos pelo Conselho de Administração.

10.3. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, as relações trabalhistas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano. Igualmente, este é um Plano único, o qual poderá ou não ser repetido no futuro, com outras condições e termos, não existindo direito adquirido, por qualquer forma, em relação aos Beneficiários.

10.4. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral. Qualquer Ação Restrita concedida de acordo com o Plano fica sujeita a todos os termos e condições aqui estabelecidos, termos e condições estes que

prevalecerão em caso de inconsistência a respeito de disposições de qualquer contrato ou documento mencionado neste Plano.

\*\*\*\*\*

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:

a. Potenciais beneficiários

Administradores e colaboradores da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, em favor dos quais a Companhia outorgar uma ou mais Ações Restritas, nos termos deste Plano, em razão da concordância dos Beneficiários quanto à sua participação ao presente Plano

b. Número máximo de opções a serem outorgadas

0 (zero) opções de compra de ações de emissão da Companhia

c. Número máximo de ações abrangidas pelo plano

1.544.030 ações ordinárias de emissão da Companhia

d. Condições de aquisição

O Conselho de Administração, conforme entender conveniente, aprovará a outorga de Ações Restritas, elegendo os Beneficiários em favor dos quais a Companhia entregará as Ações Restritas nos termos do Plano, estabelecendo, conforme o caso, os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas. A outorga de Ações Restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas. O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações Restritas. O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas. Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos

termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, (i) concederá ações mantidas em tesouraria; e/ou (ii) emitirá novas ações.

e. Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

Não aplicável. O Plano tem, dentre outros, o objetivo de entregar aos participantes ações da Companhia que estejam mantidas em tesouraria ou novas ações que sejam emitidas pela Companhia, sem o pagamento de preço de exercício pelos participantes. Não se trata, portanto, de um plano de opção de compra de ações, nos moldes do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/1976, mas de remuneração baseada na entrega de ações diretamente aos participantes.

f. Critérios para fixação do prazo de exercício

Não há exercício de opções de compra de ação. Trata-se de um plano de outorga de ações de emissão da Companhia.

g. Forma de liquidação de opções

Conforme mencionado no item 'e' acima, o Plano tem, dentre outros, o objetivo de entregar aos participantes ações da Companhia que estejam mantidas em tesouraria ou novas ações emitidas pela Companhia, sem o pagamento de preço de exercício pelos participantes. Não se trata, portanto, de um plano de opção de compra de ações, nos moldes do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/1976, mas de remuneração baseada na entrega de ações diretamente aos participantes.

h. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

a. Os principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas às Pessoas Elegíveis selecionadas pelo Conselho de Administração, com vistas a: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; e (b) possibilitar à Companhia atrair e manter a ela vinculados as Pessoas Elegíveis.

b. A forma como o plano contribui para esses objetivos

A concessão de ações no âmbito do Plano busca permitir que os participantes estejam alinhados com a Companhia e os seus acionistas. Com isso, estarão alinhados a desempenhar suas atividades no melhor interesse da Companhia e, conseqüentemente, de seus acionistas, gerando valor para esta.

c. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

O Plano representa instrumento de retenção de médio e longo prazo dentro da política de remuneração da Companhia.

d. Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano prevê mecanismos que buscam permitir o alinhamento de interesses dos participantes em diferentes horizontes de tempo.

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto

As despesas da Companhia decorrentes do Plano corresponderão ao valor justo das ações a serem concedidas aos participantes, de acordo com o preço de mercado da ação e contabilizado de acordo com as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (“CPC 10”). O número total de ações que serão concedidas e transferidas aos beneficiários do plano não pode ser mensurado de forma antecipada, tampouco o seu valor justo. Em decorrência da natureza do plano, que pressupõe o atingimento de condições de desempenho e volatilidade das ações da Companhia, esta despesa será reconhecida a partir da outorga das ações, conforme CPC 10.